



INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

José Maurício Domingues

AdUFRJ

UM NOVO BRASIL, UMA NOVA ESQUERDA

José Maurício Domingues

O Brasil tal qual o conhecíamos acabou. A esquerda, global e nacional, anda sem rumo. Como reconstruir o primeiro, como reencontrar o segundo?

O Brasil viveu um longo processo de modernização conservadora, desde 1930 até os anos 1980. Ele se conclui com uma mudança social, política e cultural que nos levou à democracia liberal. A isso subjazia um projeto de país, de desenvolvimento e industrialização, de paulatina incorporação da população às estruturas do estado, em meio a brutais tensões e contradições. Uma cultura nacional, em que samba e futebol, feijoada e miscigenação, davam o tom, com os intelectuais pensando um país moderno e integrado, universal em suas particularidades tropicais e destinado ao futuro, embora para alguns não necessariamente democrático.

O sucesso, a despeito das adversidades, da miséria e da opressão, foi grande. Esvaiu-se o projeto justo sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que acabaram capturados por ele. O desenvolvimentismo naufragou – o que não quer dizer que o desenvolvimento não seja possível e desejável. A democracia, sempre bastante oligárquica em sua encarnação liberal e ainda mais no Brasil, caminha para mais oligarquização – o que não implica que essa tendência necessariamente prevaleça. Os direitos acabaram deslocados em favor de um social liberalismo preocupado exclusivamente com os pobres, coberturas amplas e focalizações, antes que com os cidadãos – mas a aspiração por direitos universais segue presente. A cultura se pluralizou e, apesar da criatividade das periferias, se fez mais rústica e comercial – mas pode se revitalizar e sofisticar. Os intelectuais perderam espaço, ou vicejam certas fraudes, em um país já tão anti-intelectualista – o que não quer dizer que não seja possível relançar

uma esfera pública e um imprescindível debate, não obstante o desprezo da mídia oficial e dos partidos políticos.

Se a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva atestou que vivíamos em um novo país, desde então a dinâmica social e política nos mostra que vivemos agora é sob a égide de uma novíssima história do Brasil. É ela que está em construção, caoticamente, sobre ela temos de intervir, como agentes intelectuais e políticos, pensando grande.

A esquerda global vem de dois séculos e meio de vitórias e derrotas, sem já saber sequer quem é. Tentaram-se muitas coisas, do marxismo e do marxismo-leninismo ao anarquismo revolucionários, variantes estalinistas e nacionalistas, socialdemocracias reformistas e cristianismos libertadores. Se por um tempo essas alternativas foram aqui e ali vitoriosas, hoje estão todas igualmente desgastadas. Sobretudo mudou o mundo em que se baseavam. De um lado, encontramos estados cada vez mais poderosos e um capitalismo globalizado, com grande capacidade para escapar a tentativas de reforma; de outro, sociedades fluidas e plurais, com identidades mais democráticas e demandas de toda ordem, cujo risco é perderem-se em suas particularidades. A mercantilização e radicalização da exploração de tudo em função do lucro – do trabalho e da natureza, da cultura e mesmo das relações mais pessoais – é patente. Em contrapartida, isso é fortemente ressentido por camadas amplas da população, em todo o mundo.

As demandas que deram nascimento à esquerda seguem conosco. A modernidade nos prometeu que seríamos igualmente livres e que nossa solidariedade se calcaria na realização desse projeto. Isto é, prometeu que teríamos o mesmo poder. Este parou, porém, na formalidade dos direitos, inclusive sociais. O comunismo era o projeto de garantir que esse poder igual fosse, enfim, realizado. Assim poderíamos ser todos livres, desbancadas a dominação e a opressão. Se fracassou em parte pela repressão e o peso do estado, pelo consequencialismo – os fins justificam os meios – que solapou a democracia

e os direitos, nem por isso sua mensagem se esgotou. Cumpre, isso posto, reconhecer que o mundo é muito diferente daquele que Marx e Bakunin conheceram. Não há sentido em voltar a suas visões relativamente simples do futuro e de como chegar a ele, ainda que os setores que mais militam por justiça vejam em suas teorias guias seguros e estimulantes.

Em suma, é preciso reinventar o Brasil, é preciso reinventar a esquerda. É preciso reinventar a esquerda brasileira.

Desde 2013, sabemos que a esquerda está em larga medida divorciada do que espera a sociedade. Não que sua defesa de direitos e a tentativa de organizar a luta social não tenham cumprido papel relevante em momentos inclusive difíceis recentemente. Mas se seu projeto majoritário já era restrito, como sua rápida debacle à frente do governo federal demonstrou, em poucos anos de fato, segue afundando. Corremos o risco de nos afogarmos todos, apesar de outras correntes tentarem articular novas soluções, presas porém ainda em grande medida a perspectivas ainda tímidas em termos de renovação. O neodesenvolvimentismo bateu contra a parede da realidade da economia; o desrespeito à democracia, não obstante esforços participativos limitados, se revelou funesto e a abateu sob o peso do consequencialismo relevado nos últimos anos, com os meios esmagando os fins; não se soube propor uma nova cultura, para além do individualismo liberal e suas políticas sociais focadas nos pobres, nem sua confiança crescente em uma re-industrialização tradicional (que, pior ainda, não veio) e cada vez mais no retorno à reprimarização da economia.

Que fazer então? Somos capazes de propor uma alternativa e uma agenda que sejam contemporâneas do presente? Sobretudo, é preciso ter uma visão e uma estratégia – ou visões e estratégias, pois que nos fará bem tê-las plurais – de que novo Brasil queremos. Não se trata, é claro, de receita de bolo. Mas é preciso pensar, com ousadia, para além dessas eleições de 2018, que não mudarão significativamente nossa situação.

A questão democrática tem que reassumir centralidade e radicalidade. Com muito custo a esquerda aprendeu sua importância, mas com frequência a deixa de lado por falta de compromisso ou devido ao consequencialismo segundo o qual armações ilimitadas devem nos levar adiante. Revela-se total falta de confiança na própria cidadania com esse passo. Transparência e mecanismos que diminuam o poder dos aparelhos, os partidários, para começar, são essenciais. No mundo inteiro vemos emergir o que se pode chamar de oligarquia liberal avançada. Trata-se um novo tipo de regime que tende a substituir, sem que isso implique clara solução de continuidade, a democracia liberal, ela própria com fortes núcleos oligárquicos. No Brasil vemos seus movimentos desde o golpe parlamentar de 2016, embora não seja fácil sua consolidação. Assim, em primeiro lugar cumpre impedir seus avanços. Mas é preciso avançar para muito além disso.

Podemos reinventar a democracia ou a democracia liberal é tudo com que podemos sonhar? Sem dúvida, garantir o direito e os direitos, democratizando e dando transparência ao judiciário, diminuindo o penalismo que o caracteriza na maior parte do mundo, nos poria nos quadros de um liberalismo democratizado (embora os abolicionismos penais radicais se mostrem pouco convincentes). Acima de tudo, a reforma da polícia e a interrupção do morticídio negro e popular em curso é fundamental. Eleições livres e liberdade de opinião e organização são evidentemente elementos básicos de tal regime. Podemos por outro lado aumentar a intensidade da democracia, com plebiscitos e referendos, ampliando a participação direta, combatendo os monopólios dos aparelhos de poder na própria “sociedade civil”. Cumpre desoligarquizar a democracia.

Quais mecanismos e instituições serão instrumentais para isso a própria luta democrática terá de sugerir. Porém, além da consulta direta e majoritária à população, há coisas que já conhecemos: democratização radical da mídia e o debate público aberto, prévias eleitorais nos partidos, orçamentos participativos, a organização do que se tem

chamado de o “comum” diretamente pelos movimentos sociais e cidadãos, a proibição da interferência do dinheiro na política e a desestatização dos partidos. Estes, cada vez menos representativos mundo afora, têm que se democratizar, do contrário mesmo aqueles que supostamente almejam renovar a esquerda cairão na vala comum das oligarquias que monopolizam o poder. Esse monopólio se opõe ao que uma cidadania globalmente emergente deseja e é o contrário do que anarquistas, socialistas e comunistas projetaram no início de seus movimentos de contestação da ordem política moderna. Na esquerda, o consequencialismo tem, por outro lado, de ser restringido ao máximo.

Uma combinação avançada de direitos universais e políticas setorializadas tem de estar em nosso horizonte. A esquerda curvou-se ao social liberalismo, cuidando dos pobres segundo a cartilha do Banco Mundial. Decerto é inadiável o enfrentamento de carências agudas, como se buscou com o Bolsa Família quanto à fome. Ele é, todavia, muito limitado, recorta a sociedade e não se apresenta como uma política capaz de ganhar para si camadas mais amplas. Renda mínima e imposto de renda negativo, nos quadros de uma incisiva e progressiva reforma tributária, teriam alcance social e político muito superiores. O combate ao racismo e ao sexismo, a defesa da pluralidade das identidades e dos estilos de vida, são cruciais. Têm, em contrapartida, que combinar-se a um projeto incisivo de universalização de direitos na saúde, na educação, na cultura, na habitação e em muitas outras áreas, assim como com uma concepção inclusiva e solidária de nação.

Há décadas falamos em desenvolvimento e só fazemos andar para trás, desindustrializando-nos, reprimarizando-nos e aumentando um setor terciário atrasado. Apesar do desenvolvimento relativo da universidade e bons avanços em algumas áreas, não temos ainda uma grande capacidade científica e tecnológica. Outrora pensamos ser possível ter todo o parque industrial. Isso é hoje inviável. A saída é buscar nichos em que possamos competir. Se o esforço continuado na área de semicondutores e informática

continua válido, nossa melhor aposta é em tecnologias ainda não totalmente desenvolvidas – novos combustíveis e energia, biotecnologia, a utilização dos enormes recursos que a biodiversidade nos oferece. Em particular é o acoplamento do desenvolvimento científico-tecnológico e de certa re-industrialização com a resposta a demandas por direitos e por tecnologias amigáveis ao que chamamos de natureza que devemos explorar.

A área da saúde – universalizada em lugar de dedicada a ampla mas seletiva e incompleta cobertura aos pobres – é nisso crucial. Dirigir a capacidade de outras áreas da economia para a produção de alimentos sem agrotóxicos, saneamento básico e habitação, para além do fordismo da miséria, é também fundamental. São áreas simples nas quais podemos talvez inventar novos processos e utilizar novos materiais e tecnologias. Cumpre deixar para trás também a brutal concentração na indústria automobilística que entorta o parque industrial brasileiro. O transporte coletivo é um imperativo. Se o Pré-Sal é patrimônio nacional, não cabe esperar a redenção pelo petróleo, nem muito menos a re-industrialização do país por essa via. Se a mineração não pode ser descartada como fonte de recursos e riqueza, tem de ser restringida em relação à destruição de territórios, de modos de vida ditos tradicionais e da natureza, em direção em si já pós-extrativista. Nunca é demais repetir que a educação deve receber total prioridade.

Pode-se chamar isso de desenvolvimento sustentável ou de qualquer outra coisa. Trata-se, essencialmente, de alguma maneira de combinar desenvolvimento econômico e social, o que inclui crescimento, inclusive com a ampliação do consumo das classes populares e do mercado interno, sem subordinação ao sistema financeiro, com uma nova relação com a natureza, menos predatória, no longo prazo transformadora e regeneradora. É implausível uma esquerda pujante que não seja capaz de propor, de alguma maneira,

uma nova civilização, ao mesmo tempo em que busca representar os desejos e demandas das classes populares e dos trabalhadores.

O estado tem que ter grande intervenção nesses processos econômicos e sociais, como em todo o mundo. Por outro lado, avancemos na direção de redes em que se combine com a economia de mercado, promovendo-se a pequena e a média empresas. Isso se torna ainda mais relevante se formos capazes de articular tais redes juntando as pontas do avanço tecnológico com a luta pela igualdade e a inclusão. Um novo tipo de cooperativismo pode advir disso. Ao mesmo tempo, se queremos relançar o Mercosul, terá de ser via a integração efetiva com os outros países do subcontinente. É preciso uma visão generosa que ajude o desenvolvimento industrial e científico-tecnológico desses países de modo a fazer suas economias complementares às nossas. Não cabe em nada disso um liberalismo antiestatista.

A cultura foi a área, talvez mais que a política, em que o Brasil definiu seu projeto como nação. Samba, futebol, feijoada, regionalismos, “democracia racial”; o país da alegria, da cordialidade e do futuro. Somos hoje o país da violência e da intolerância; o futuro chegou, torto, somos totalmente modernos, mas é como se um pós-modernismo difuso nos roubasse agora um horizonte de mudança, para além de lutas setoriais, em si mesmas de suma importância, porém insuficientes. Sonhamos com o passado, em larga medida. A cultura educada das classes médias parece ter evaporado. O mercado e a mercantilização são soberanos. Os jovens, no entanto, das classes populares e das classes médias, mantem-se inconformados e inquietos. Uma nova cultura popular vem emergindo, com novas linguagens e novos atores, menos submissos e cordiais que no passado, com muitas satisfações adiadas e embora pareçam jogar tudo no imediatismo, sendo presa fácil do comércio e da cooptação. A universidade se desenvolveu de forma desigual e privilegiando a especialização, inclusive nas áreas de humanas. Além do mais,

não lhe é facultado acesso à mídia; a esfera pública acha-se severamente reduzida. O Brasil sempre foi um país bastante anti-intelectualista – nem a educação nem o saber foram jamais muito valorizados entre nós. Sejamos sinceros, hoje isso atingiu graves proporções. O baixo nível da cultura de modo geral e do debate intelectual particularmente o atesta.

Aí também precisamos inovar. Recriar a esfera pública, tecer pontes entre a universidade e os intelectuais não-universitários, com destaque para uma nova intelectualidade periférica, reconstruir um pensamento crítico e rigoroso, tecer os traços de nova identidade nacional que nos permita trocar os afetos tristes por afetos alegres, retomar a esperança e reinventar nosso futuro. Novas emoções e pensamentos racionais de novo tipo, contra o anti-intelectualismo e o elitismo, o exclusivismo identitário e a mercantilização, estão na ordem do dia, sem, aliás, discriminações religiosas. Uma nova civilização tem que estar no horizonte da esquerda, antimercantil, plebeia mas culta, capaz de disputar os rumos do futuro, com outra relação com a natureza e a vida.

Podemos seguir aos trancos e barrancos, alguma esquerda, pragmática, pode chegar de novo ao poder. É impossível, porém, reeditar o que se fez no passado, para o bem e para o mal. Trata-se de projeto que se esgotou, face a uma sociedade que, se bem que confusa e sem projetos definidos, quer algo diferente. O cenário global é também complicado e somente com criatividade poderemos navega-lo rumo a mais autonomia.

Há várias esquerdas. Sua unidade tem que ser construída substantivamente. Com programas e estratégias definidos, podem inclusive aliar-se ao centro político, que esperamos seja também capaz de se renovar, para seu e para o nosso bem. Mas uma esquerda que se conceba em sua radicalidade deve juntar estratégia de alianças e flexibilidade tática com uma concepção de mundo e objetivos últimos em que o poder igual de todos em sua autonomia – o que foi o projeto do anarquismo, do socialismo e do

comunismo – esteja no horizonte. Somente assim poderemos de fato enfrentar a própria questão do capitalismo no longo prazo. Há muitas heranças a recolher, há muitas heranças a renunciar.